

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ANTÔNIO EUSTÁQUIO SILVA**

**DESCONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO:  
RECONSTRUINDO AÇÕES PARA A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL**

**Belo Horizonte,**

**2012**

**ANTÔNIO EUSTÁQUIO SILVA**

**DESCONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO:  
RECONSTRUINDO AÇÕES PARA A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-raciais, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elânia de Oliveira

**Belo Horizonte,**

**2012**

**ANTÔNIO EUSTÁQUIO SILVA**

**DESCONSTRUINDO E RESSIGNIFICANDO:  
RECONSTRUINDO AÇÕES PARA A IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-raciais, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Aprovado em 14 de julho de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elânia de Oliveira – Faculdade de Educação da UFMG.

---

Nome do Convidado – Faculdade de Educação da UFMG.

## RESUMO

A partir da análise e reflexão de minha prática pedagógica, relacionando-a e problematizando-a com referências conceituais e conhecimentos adquiridos ao longo do Curso de Especialização – LASEB, construí o Plano de Ação pedagógica *“Desconstruindo e Ressignificando: Reconstruindo Ações para Igualdade Étnico-racial”*, que foi aplicado na Escola Municipal Secretário Humberto Almeida,(EMSHA). Esse Plano de Ação teve por objetivo inicial ampliar o foco de participação no 7º Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, aplicado aos terceiros anos. Posteriormente foi ampliado para toda a Escola, no sentido de promover a reflexão crítica de todos os segmentos da Escola devido às desigualdades existentes entre brancos e não brancos de nossa sociedade e, principalmente, promover o pertencimento e a autoestima de nosso alunado afrodescendente, a fim de que eles sejam sujeitos de sua própria história, construindo positivamente a sua identidade racial. As ações iniciaram-se no mês de junho de 2011 e tiveram sua culminância no dia 19 de novembro de 2011, em comemoração ao “Dia Nacional da Consciência Negra.” A princípio, foram criadas ações no sentido de dotar os professores de conhecimentos, a fim de convencê-los da importância de participarem do projeto. Após o engajamento dos professores na proposta, passamos a trabalhar o tema com os alunos, em forma de subprojetos, através de textos, vídeos, filmes, palestras, etc. Sempre cobrando uma reflexão sobre o que estava sendo trabalhado. Os resultados foram além do esperado. Todos os segmentos da Escola receberam positivamente as ações implementadas de forma satisfatória. Hoje, a Escola tem um novo olhar sobre as relações étnico-raciais brasileiras, devido às ações trabalhadas em 2011. Tais ações não ficaram sós nos limites da escola, alcançaram os lares da comunidade, que manifestou, parabenizando-nos pelos trabalhos no ano letivo de 2011, e pela bela festa de encerramento das atividades voltadas para a afirmação da identidade afrodescendente.

**Palavras-chave: escola, igualdade de gênero, raça.**

A todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Principalmente meus familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por dar-me forças nos momentos em que fraquejei.

À minha família pela compreensão nos momentos de ausência, principalmente minha esposa, que muito me incentivou.

Aos colegas pelo companheirismo.

Aos professores e equipe de apoio pela dedicação e ajuda.

“Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos.”

Albert Einstein

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Apresentação.....	10
1.2 Contexto nacional.....	10
1.3 Proposta.....	11
1.4 A mestiçagem biológica.....	12
1.5 As classificações raciais: alcances e limites.....	13
1.6 A identidade racial/étnica.....	14
1.7 Política de ação afirmativa segundo sexo/gênero e raça/etnia.....	14
1.8 Censos 2010 mostra a cara do Brasil: autoestima e população negra...	15
1.9 Indígenas.....	16
1.10 Os estudantes negros.....	16
1.11 Situação regional dos negros.....	17
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EMSHA – SEUS TEMPOS E ESPAÇO.....</b>	<b>18</b>
2.1 Espaço Físico.....	18
2.2 Projetos.....	18
2.3 Localização.....	19
2.4 Vizinhança.....	20
2.5 Quilombo Mangueiras.....	20



<b>3 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO</b> .....	23
3.1 Finalidades Pedagógica.....	23
<b>4 A ESCOLA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b> .....	25
4.1 Justificativa do Plano de Ação.....	25
4.2 Objetivo Geral do Plano de Ação.....	26
4.3 Objetivos específicos do Plano de Ação.....	26
<b>5 PÚBLICO ALVO</b> .....	27
<b>6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b> .....	28
6.1 Metodologias.....	28
6.1.1 1ª fase: Reuniões, materialidade, reflexões.....	28
6.1.2 2ª fase: Ações, reflexões.....	29
6.1.3 3ª fase: Ações Finais, reflexões.....	30
6.1.4 4ª fase: Culminância.....	31
<b>7 AVALIAÇÃO</b> .....	34
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>9 REFERÊNCIAS</b> .....	37
<b>10 BIBLIOGRAFIAS</b> .....	38

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

Como cursista de Pós-Graduação *Lato Sensu em Docência na Educação Básica* da Faculdade de Educação/ UFMG, na área de Educação e Relações Étnico-raciais, implementei um Plano de Ação intitulado “Desconstruindo e Ressignificando: Reconstruindo Ações para Igualdade Étnico-racial na Escola Municipal Secretário Humberto Almeida (EMSHA).

A aplicabilidade do Plano de Ação veio ao encontro da solicitação da disciplina, “Análise Crítica da prática Pedagógica – (ACPP)”. As ações do plano tiveram por finalidade precípua de iniciar a desconstrução da “Democracia racial” brasileira, assim como combater o racismo e as desigualdades raciais existentes na escola e porque não dizer, também, na sociedade brasileira:

o grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza apresentada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio, sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõe a sociedade (Parâmetros Curriculares Nacionais).

## 1.2 Contexto nacional

O Brasil tem passado por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às relações raciais. A percepção do país como uma “*democracia racial*” tem-se desfeito, hoje, diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade. Embora ainda esteja também presente o Brasil como um país homogêneo e indiferenciado, encontra-se progressivamente maior abertura às experiências que procuram beneficiar grupos específicos, historicamente com menor acesso a oportunidades.

Nunca o tema do racismo e do combate às desigualdades raciais esteve tão presente no debate público brasileiro. Seja no Congresso Nacional ou na mídia, discutem-se propostas e medidas concretas que venham a atender às históricas demandas do movimento negro brasileiro, que há muito vem se organizando e alimentando o debate e as ações sobre estas questões.

As organizações negras são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais. Algumas delas têm uma longa história que remonta ao século XIX, outras

foram criadas em resposta à discriminação e às péssimas condições de vida do negro no século XX. Elas são as vivas demonstrações da participação política negra. Por meio delas, ativistas negros desenvolveram ações de combate à discriminação racial e formularam diversas propostas de inclusão social da população afrodescendente.

### **1.3 Proposta**

Escolhi fazer o curso de Educação e Relações Étnico-raciais por ser negro, educador, e viver em um país que mascara as relações étnico-raciais. Gostaria de ter maior conhecimento deste tema, a fim de poder desmitificar a Democracia racial existente no país e orientar melhor meus alunos a viver em uma sociedade que se diz democrática e livre de preconceitos, mas que condena os não brancos a carregarem um estigma de seres menos capacitados.

A aplicação deste Plano de Ação veio da exigência de uma das disciplinas do curso (ACPP), que coincidiu com o momento da implementação do projeto “ 7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”( concurso de redações para o 3º ano do Ensino Médio, uma promoção da Secretaria de Políticas para mulheres(SPM/PR), Ministério da Ciência e Tecnologia(MCT), Ministério da Educação(MEC), CNPq e ONU Mulheres. ) que entrou como justificativa do plano.

A aprovação da LEI 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, em vigor desde 09 de janeiro de 2003, traz uma reflexão sobre as contradições presentes no debate das políticas de ações afirmativas para o negro brasileiro, bem como tenta verificar em que medida essas políticas contribuem com a luta pela superação da ordem econômica vigente. Ela chega ao Estado Brasileiro no bojo do debate da implantação das políticas de ações afirmativas para a população negra que, embora reivindicadas pelo movimento social negro, compõem o discurso estratégico dos organismos internacionais que defendem a instituição de políticas sociais focalizadas para os mais pobres, entre os quais, os negros. A análise realizada não nega as positividade das reivindicações do movimento social negro, porém tenta colocá-las dentro do atual contexto de desenvolvimento das políticas sociais, a fim de possibilitar uma apreensão mais cuidadosa do objeto, dentro das várias determinações da sociedade. A partir de uma democratização do conhecimento, dos espaços de socialização, do acesso e permanência na escola de acordo com o espírito da Lei 10639/03, que pretendeu explicitar a preocupação com

o acesso e o sucesso escolar da população negra, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 dispõe, em seu Art. 5º, específica:

... os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitude, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Entendo as desigualdades raciais como um dado importante da realidade brasileira e como um subproduto da dinâmica da sociedade capitalista. Este trabalho procurou estabelecer relações entre a superação das desigualdades raciais e as desigualdades sociais, propondo a aliança entre a luta racial e a luta das classes. Neste sentido, a Lei 10639/03 pode configurar-se como um instrumento de lutas para o questionamento da ordem vigente, na medida em que coloca em xeque construções ideológicas de dominação, fundadoras da sociedade brasileira.

Ela é mais um instrumento que certamente ajudará a desconstruir o “*mito da democracia racial*” no Brasil. Essa lei vem provar que o Brasil não era uma democracia racial, pois levou mais de um século para introduzir no ensino brasileiro o estudo da história cultural africana. A nova lei é positivista, todavia, é necessário que ela seja efetivamente implementada e que seja definido exatamente o conteúdo a ser ministrado. Temos de desconstruir a imagem que temos da África: a África do Tarzan, do safári, da fome, das guerras, das tribos, etc. De agora para frente temos de ver a África como o berço da humanidade, como um continente com mais de 50 países e ilhas, que tem uma cultura riquíssima.

Além de introduzir a história da África no currículo, ela deverá ser ensinada de modo a mostrar a identidade africana e dos afrodescendentes e os apresentar, de maneira positiva, a cultura africana, elevando a autoestima de todos os negros e afrodescendentes.

#### **1.4 A mestiçagem biológica**

O Brasil é um país mestiço, biológica e culturalmente. A mestiçagem biológica é, inegavelmente, o resultado das trocas genéticas entre diferentes grupos populacionais catalogados como raciais, que na vida social se revelam também nos hábitos e nos costumes (componentes culturais). No contexto da mestiçagem, ser negro possui vários significados, que resulta da escolha da identidade racial que tem a ancestralidade africana como origem (afrodescendente). Ou seja, ser negro, é,

essencialmente, um posicionamento político, onde se assume a identidade racial negra.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades inexistente.

### **1.5 As classificações raciais: alcances e limites**

Para fins de estudos demográficos, no Brasil, a atual classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é a que é tomada como oficial desde 1991. Tal classificação tem como diretriz, essencialmente, o fato de a coleta de dados basearem-se na autodeclaração. Ou seja, a pessoa escolhe, de um rol de cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) em qual deles se aloca. Como toda classificação racial é arbitrária e aceita não sem reservas, a do IBGE não foge à regra, pois possui limitações desde 1940, quando coletou pela primeira vez o "quesito cor"\*. Sabendo-se que raça não é uma categoria biológica, todas as classificações raciais, inevitavelmente, padecerão de limitações. Todavia, os dados coletados pelo IBGE, ao reunir informações em âmbito nacional, são extremamente úteis, pois apresenta grande unidade, o que permite o estabelecimento de um padrão confiável de comparação.

O IBGE trabalha então com o que se chama de "quesito cor", ou seja, a "cor da pele", conforme as seguintes categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Indígena, teoricamente, cabe em amarelos (populações de origem asiática, historicamente catalogada como de cor amarela), todavia, no caso brasileiro, dada a história de dizimação dos povos indígenas, é essencial saber a dinâmica demográfica deles. Outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça. Não há "cor negra", como muito se ouve. Há cor preta. Apesar disso, em geral, os pesquisadores insistem em dizer que não entendem, mesmo com a obrigatoriedade ética de inclusão do "quesito cor" como dado de identificação pessoal nas pesquisas brasileiras desde 1996, segundo a Resolução 196/96. Normas de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (VI.

Protocolo de pesquisa. VI. 3 '– informações relativas ao sujeito da pesquisa [...] cor [classificação do IBGE]).

### **1.6 A identidade racial/étnica**

De acordo com a convenção do IBGE, portanto, negro é quem se autodeclara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil.

Vale mencionar ainda as polêmicas sobre o conceito de raça e de etnia, que, *grosso modo*, raça deveria ser um conceito biológico, enquanto etnia deveria ser um conceito cultural. Não sendo raça uma categoria biológica, etnia também se revela como um conceito que não é estritamente cultural, pois a delimitação de grupos étnicos parte de uma suposta alocação deles no conjunto dos grupos populacionais raciais sem abstrair a unidade do local de origem, e, para delimitar etnia, considera-se a concomitância de características somáticas (aparência física), linguísticas e culturais. Diz Nunes, presidente do IBGE, 2010:

... o conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode ser enquadrada como uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas. Portanto, o uso dos termos raça ou etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles.

### **1.7 Políticas de ação afirmativa segundo sexo/gênero e raça/etnia**

A alocação das pessoas segundo classe social, sexo/gênero e raça/etnia se constitui em indicadores que podem ser traduzidos em políticas públicas anti-discriminatórias na área da saúde, da educação, do saneamento, da habitação, da segurança etc. Um exemplo paradigmático é dado pelo Dossiê "Assimetrias raciais no Brasil: alertas para a elaboração de políticas", publicado pela Rede Feminista de Saúde e elaborado pela pesquisadora *Wânia Sant'Anna (2003)*.

Este Dossiê promove um diálogo entre dados com recorte racial/étnico nas mais diferentes áreas da vida social, sistematizados pelo IPEA e obtidos das PNADs da década de 1990 até 2001, além dos Megaobjetivos do "Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 – Orientação estratégica de governo, um Brasil de todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social". O referido Dossiê visibiliza a crueza da realidade vivenciada pela população negra, uma situação de desvantagens e vulnerabilidades em todas as esferas da vida.

A medicina baseada em evidências demonstra que algumas doenças são mais comuns ou mais frequentes, ou evoluem de forma diferenciada, em determinados agrupamentos humanos raciais ou étnicos, conforme determinadas interações ambientais e culturais com o patrimônio genético. Relembrando que humanos são seres biológicos regidos também por leis biológicas, urge considerar que há uma produção social da enfermidade, ou da manutenção da sanidade, nas condições das sociedades de classes, da opressão racial/étnica e da opressão de gênero. Diante do exposto, o significado político de se dar visibilidade aos dados da morbidade e da mortalidade segundo sexo/gênero e raça/etnia é incomensurável.

No caso da população negra, há vários estudos que corroboram que o recorte racial/étnico na saúde é um componente essencial para a compreensão do que chamamos predisposição biológica, a qual como tem sido afirmada em vários escritos, significa a maior ou a menor capacidade de um ser vivo responder às complexas interações solicitadas pelo meio ambiente físico, e, no caso de humanos, também pelo meio ambiente cultural em que vive. A predisposição biológica resulta e refere-se a um longo processo evolutivo da humanidade, é o binômio indissociável: constituição hereditária + meio ambiente. O que quer dizer que o caráter social e histórico das doenças é amplamente demonstrado através da história de vida das pessoas, que está intimamente vinculada ao sexo (ao privilégio ou desprivilégio de gênero); à raça/etnia (à vivência ou não do racismo).

### **1.8 Censo 2010 mostra a cara do Brasil: autoestima e população negra**

Os negros são a maioria da população brasileira, de acordo com os dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado oficialmente nesta sexta-feira, 18/11/11: 96,7 milhões – o equivalente a 50,7% da população - contra 91 milhões de brancos, 47,7%, 2 milhões de amarelos, 1,1% e 817,9 mil indígenas, 0,4%. No total somos 190.755.799 milhões de habitantes.

É a primeira vez na história do Brasil, desde 1.872, quando aconteceu o primeiro Censo da População - e depois de mais de um século de políticas de branqueamento, que a população negra é oficialmente declarada majoritária. Até então, apenas na última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do próprio IBGE tinha sido constatado que 51,3% da população éramos pretas e pardas..

O IBGE utiliza cinco classificações: preto, pardo (negro), amarelo, branco e indígena e o critério é autodeclaratório: Em 1.872, a população brasileira era de 9.930.478 milhões, 60% negra.

O Censo mostrou que pela primeira vez, o percentual de pessoas que se declararam brancas, caiu abaixo da metade: eram 53,7% no Censo de 2000, contra 47% agora. . No Censo anterior os pretos e pardos correspondiam a 44,66%%. Nunes, IBGE 2010.

Segundo pesquisadores, o aumento do número de pessoas autodeclaradas pretas e pardas deve-se ao fato de as pessoas estarem assumindo sua verdadeira identidade étnico-racial e ao sentimento crescente de autoestima.

## **1.9 Indígenas**

O Censo IBGE 2010, ao lado do decréscimo da população autodeclarada branca, mostra que os orientais correspondem a uma população de 2 milhões de habitantes, 1,1%, e já ultrapassaram os 817,9 mil indígenas.

Em 1.500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, segundo historiadores, aqui havia uma população de cerca de 6 milhões de indígenas, de mil Nações diferentes. A disseminação de doenças, a invasão e a expulsão de suas terras, reduziu essas populações a menos de 1 milhão de habitantes. Porém, eles ainda constituem cerca de 200 Nações distintas espalhadas, em especial, pelas regiões Norte e Centro-Oeste.

## **1.10 Os estudantes negros**

Segundo IBGE, porcentagem de estudantes negros sem acesso à educação continua elevada. Esta porcentagem de estudantes negros é superior à porcentagem de estudantes brancos sem acesso à educação.

O percentual de jovens brancos de 18 a 24 anos de idade que cursavam o ensino superior em 2009 era de 62,6%, entre os jovens negros o percentual era de 28,2% e para os pardos, o percentual era de 31,8%.

Em relação à população de 25 anos ou mais, com o ensino superior concluído, a pesquisa revela um crescimento na proporção de negros, em 1999, 2,3% e em 2010, 4,7%. Entre os pardos passou de 2,3% para 5,3%. No mesmo período, o percentual de brancos com o ensino superior concluído passou de 9,8 para 15%.

No ano de 2009, a população branca de 15 anos ou mais tinha, em média, 8,4 anos de estudo, enquanto entre os negros a média era de 6,7 anos.



Essas últimas pesquisas revelam a situação de exclusão da população negra à educação. Todas elas também revelam uma minúscula melhora entre a população negra, números que não servem de consolo, pois a desigualdade entre negros e brancos é muito elevada. (IBGE 2010)

### **1.11 Situação regional dos negros**

Os negros permanecem nas regiões onde houve maior entrada de escravos. A questão da terra foi apontada pelo movimento negro ao lembrar-se das comunidades quilombolas.

Os negros permanecem, no século 21, majoritariamente, nas mesmas capitais que eles entraram no Brasil, há aproximadamente cinco séculos. A avaliação pé do presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

Se nós olharmos a história do Brasil desde o período colonial, vamos ver que estas são as portas: Recife, Salvador, pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos (SP), por onde eles entraram. Durante as comemorações dos 120 anos da abolição da escravatura, o IBGE e a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (Seppir) apresentaram o mapa da distribuição espacial dos negros no Brasil.

## **2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EMSHA – TEMPOS E ESPAÇOS**

### **2.1 Espaço Físico**

A EMSHA (Escola Municipal Secretário Humberto Almeida) foi construída em 1983, em função da demanda do novo bairro, Conjunto Habitacional Ribeiro de Abreu (BNH) e das adjacências, carentes de uma escola de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, sendo uma conquista dessa comunidade.

Foi construída precariamente com estruturas em placas de compensados coladas ao isopor, com apenas 8 salas de aula. Os alunos a apelidaram-na de “Coleginho, Escola de Isopor e/ou Isopolândia” devido ao material usado em suas paredes. O apelido “Coleginho” ainda hoje prevalece.

No final da década de oitenta e início da década de noventa foi construída uma nova escola no espaço da antiga. No período da construção do novo prédio, os alunos eram levados de ônibus escolar para estudar no prédio da antiga FAFICH, atual SMED.

Em 1991, foi reinaugurada a EMSHA com uma estrutura com dois pavimentos: 17 salas de aula, biblioteca, laboratórios, sala da direção, sala dos professores, secretaria, salas de orientação supervisão e dentística, cantina, depósito, banheiros, vestuários, pátio e quadra esportiva.

O novo prédio possibilitou reduzir a demanda reprimida, aumentou satisfatoriamente o número de professores e ampliou o sistema de ensino com a inclusão do Segundo grau (Científico), atual Ensino Médio e curso profissionalizante de Contabilidade. Em 1993, implantou-se a Suplência de 1<sup>o</sup> grau, no noturno, priorizando mães e pais de alunos e jovens trabalhadores.

### **2.2 Projetos**

Para acompanhar o crescimento físico da escola, foi criado o projeto político pedagógico “Buscando o Caminho”. Este projeto apontava diretrizes para a mudança de grade curricular, organização das áreas, e do tempo dos professores, salas ambientes, reuniões de áreas, criação e eleições das coordenações pedagógicas, interdisciplinaridade e uma preocupação especial na concepção de avaliação. É nesse contexto que a escola insere-se na implantação do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Belo Horizonte – A Escola Plural. Um desafio para todos.

Ao longo da década de 1990, a EMSHA organizou o 2º e 3º Ciclos completos, manteve o Ensino Médio, mas o profissionalizante deixou de existir, por exigência de uma política educacional a partir de 1996. A inclusão passou a fazer parte da realidade pedagógica, mas a estrutura física não acompanhou essa realidade.

No ano de 2003, a escola participou de Projeto Rede Pela Paz, a fim de buscar alternativas para minimizar e combater a violência gerada, principalmente, pelos alunos que não desenvolveram o sentimento de pertencimento à escola, por serem oriundos de diversos bairros a que esta atende. É relevante destacar que parte dessa comunidade escolar é formada por grupos rivais que influenciam a rotina da escola, demarcando territórios como forma de poder.

Desde 2004, o Projeto Escola Aberta passou a atender em média 100 pessoas aos sábados e domingos para a prática de atividades lúdicas e esportivas, pois a Escola é praticamente o único lugar de lazer da região. Atualmente, atende a mais de 100 crianças com o Projeto Bombeiros Mirins e Aspirantes que proporciona a estes educandos atividades de formação que os mantêm longe da violência e das drogas.

Em 2007, foi oferecido à comunidade escolar o Projeto Afetivo Sexual e Redução de Danos que objetivou formar agentes multiplicadores do tema dentro do ambiente escolar e comunitário.

De 2006 a 2008, a escola incorporou o Projeto Rede de 3º Ciclo que atendia cerca de 60 alunos em vulnerabilidade social do turno da tarde. O objetivo foi ampliar a permanência destes alunos na escola com projetos de desenvolvimento cognitivo e de socialização.

Em 2009, a Escola passou a atender cerca de 200 alunos da Escola Integrada, Projeto da Rede Municipal de Belo Horizonte com os mesmos objetivos da rede 3º Ciclo.

No ano passado, a Escola retomou o trabalho com a EJA – Educação de Jovens e Adultos. A EJA da Cidade e a EJA BH. Os dois projetos vieram como forma de suprir uma demanda da comunidade. Ainda neste ano de 2010, iniciou-se o Projeto Floração, uma parceria entre a PBH e a Fundação Roberto Marinho, que oferece a aceleração de estudos, preferencialmente, para jovens de 15 a 24 anos.

### **2.3 Localização**

A EMSHA é uma escola de periferia, localizada na zona norte de Belo Horizonte, próxima a divisa com a cidade de Santa Luzia, situada a Rua Areia Bran-

ca, 03, Bairro Ribeiro de Abreu, às margens da Rodovia MG 20.

A rodovia MG20 não possui iluminação pública (só existindo postes no entorno da escola), fazendo com que o acesso dos alunos do ensino noturno torne-se por vezes um tanto perigoso.

## 2.4 Vizinhança

A escola é cercada por algumas casas e uns poucos comércios, vizinha de um centro de saúde municipal e próxima a uma das margens do Ribeirão do Onça, o que muitas vezes gera mal estar, desconforto entre todos, devido ao mau cheiro emitido pela poluição do rio, principalmente nos períodos de enchentes.

A EMSHA tem na sua vizinhança a “**Comunidade Quilombo Mangueira**”, que fica a 300 metros do portão principal da Escola. Esta comunidade tem tido participação importante nas atividades culturais da nossa escola, mesmo tendo, no momento, uma escola de alfabetização dentro de seus limites.

## 2.5 Quilombo Mangueiras

Localizada às margens da MG-20, rodovia intermunicipal que liga as cidades de Belo Horizonte e Santa Luzia, a Comunidade de Mangueiras, constituída de 22 famílias residentes em 15 casas está situada próxima ao bairro Ribeiro de Abreu. A área abriga uma vegetação densa em contraposição aos terrenos desmatados pelas ocupações circundantes. A comunidade é também portadora de uma identidade étnica, histórica e cultural. Trata-se de uma comunidade de descendência comum a um casal de lavradores negros, Cassiano e Vicência, que, já na segunda metade do século XIX, utilizava as terras do Ribeirão da Izidoro para seu sustento e reprodução de seu modo de vida.

Dos originais “Oito alqueires de cultura”, aproximadamente 387.00m<sup>2</sup>, relatados no inventário deste casal (no ano de 1932), hoje estas famílias vivem em uma área de aproximadamente 17.000m<sup>2</sup>. Desta área atual, cerca de 90% tem importantes restrições de uso por se tratar de área de preservação permanente devido à forte aclave e das inúmeras nascentes.

Ao longo de mais de cento e vinte anos de história, Cassiano e Vicência e seus descendentes (hoje chegando a seis gerações), viram a criação da cidade de Belo Horizonte, no ano de 1897 e participaram de seu crescimento. Com a expansão da capital e o rápido desenvolvimento dos bairros, no entorno, ocorridos nas últimas décadas, a tradição rural da comunidade foi sofrendo transformações, conformando

no território, um estilo de vida com características rurais e urbanas. A maior parte dos moradores, atualmente atua como trabalhador informal na cidade. Alguns dos moradores também cultivam pequenas roças e criam animais, práticas que perduram desde quando Cassiano e Vicência viviam no território.

Este grupo, apesar de possuir uma resistência no local, centenária, tem sofrido processos contínuos de invisibilidade e pressão urbana sobre seu território, principalmente nos últimos anos, em consequência dos empreendimentos públicos e privados que tem sido direcionado ao vetor norte de Belo Horizonte. Apesar de promoverem o desenvolvimento da região, estes empreendimentos têm aumentado à pressão urbana e tende a expor os grupos sociais de menor poder econômico e político. Informou seu Thomas, líder do Quilombo Mangueiras:

Alguns desses fatores acima citados fizeram com que o presidente da Fundação Palmares Sr. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da lei de nº 7.668 de 22 de agosto de 1988 e o artigo 2º e 3º do decreto 4.887 de 29 de novembro de 2003, que regulamenta procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que se trata ao artigo 68 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias e Artigo 216 I a V da Constituição Federal de 1988, certificou que a comunidade de Mangueiras remanescentes das comunidades dos Quilombos, conforme publicado no Diário Oficial da União de nº 43 de 04 de março de 2004.

Hoje existe um estudo de regularização feito pelo INCRA e executado pelo NUQ. Núcleo de Assuntos Quilombolas da UFMG, onde que deste estudo gerou o relatório Antropológico RTID já em fase de análise. Fonte: Documentos e outros breves históricos do Quilombo Mangueiras.

Todos esses projetos têm como objetivos precípuos ao atendimento a uma comunidade carente e de acentuada vulnerabilidade.

Nossa escola não foge ao cenário atual no país. Enfrentamos uma série de problemas inerentes às escolas de periferia. Recente pesquisa divulgada pelo estado de Minas mostra as dez regiões mais violentas de BH. O bairro Ribeiro de Abreu ocupa a terceira posição dos “tops” dez. Acrescente-se que o primeiro colocado, o bairro Jardim Vitória, o quinto, Conjunto Felicidade e o décimo, o Bairro

Tupi encontram-se todos a poucos quilômetros de distância de nossa escola. Ressalte-se também que não nos é incomum termos alunos desses bairros.

A escola funciona como uma espécie de campo neutro, no qual grupos de toda ordem se encontram. No entanto, nos últimos dois anos viveu um período de calma, graças aos projetos implementados.

### **3 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO**

A EMSHA é uma instituição de ensino cujo trabalho baseia nos princípios da política pedagógica da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Fundamentam-se em pressupostos éticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos definidos pela SMED e busca desenvolver o cognitivo global de seus educandos nos aspectos físico, afetivo, intelectual e moral.

A EMSHA pretende formar pessoas capazes de pensar e agir como seres históricos que tenham consciência de sua importância no processo de transformação de si mesmo e do mundo, cidadãos autônomos, afetivos, socializados, criativos, curiosos, responsáveis e éticos e para isso busca envolver os pais e a comunidade escolar nas decisões relativas à melhoria da Escola enfatizando que sua participação faz muita diferença no desempenho dos alunos e, de certa forma compartilhando, atitudes e ações que corresponsabilizem as duas partes na construção do conhecimento dos alunos.

Desenvolver a confiança na capacidade de aprendizagem dos alunos, independente de etnia, classe social ou outras capacidades pessoais. Fazer cumprir os direitos e deveres de todos os atores da comunidade escolar, mantendo uma política de inclusão e responsabilização real dos envolvidos neste processo em parceria com as famílias, a Escola e os órgãos competentes.

#### **3.1 Finalidades Pedagógicas**

A Proposta Pedagógica da EMSHA possibilita, respaldada por um órgão superior - SMED - implementar mudanças que pressupõem, de u lado, ruptura com a cultura de reprovação, através da sua organização por Ciclos de Formação, e um compromisso com a aprendizagem do aluno dentro de uma educação de qualidade.

O trabalho pedagógico da EMSHA objetiva:

- I. propor atividades que propiciem a prática de valores e atitudes;
- II. ajustar o tempo de instrução para atender aos alunos que aprendem com maior ou menor facilidade;
- III. dar enfoque especial às disciplinas críticas para que Escola e
- IV. deixar claro para os alunos os objetivos das lições e da matéria numa linguagem simples e clara;
- V. estimular a curiosidade e o interesse dos alunos, relacionando o conteúdo da lição com coisas relevantes do dia-a-dia dos alunos.

- VI. aplicar novas ações que visem reconstruir as relações étnico-raciais;
- VII. utilizar das avaliações aplicadas nos alunos para replanejar as atividades de construção do conhecimento dos alunos.



## **4. A ESCOLA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

### **4.1 Justificativa do Plano**

O Plano de Ação se constituiu, portanto, de uma série de ações relacionadas ao momento da implementação do Projeto “7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”, concurso de redações para o 3º ano do Ensino Médio, uma promoção da Secretaria de Políticas para mulheres(SPM/PR), Ministério da Ciência e Tecnologia(MCT), Ministério da Educação(MEC), CNPq e ONU Mulheres. Resolvemos ampliar o projeto, dando-lhes também, outro enfoque, já que os alunos estavam envolvidos com o tema. Esse outro enfoque são as relações étnico-raciais brasileiras, a situação do afrodescendente na escola e na sociedade brasileira.

A escola, desde sua criação, vem trabalhando com as relações étnico-raciais, só que de forma acanhada, com ações isoladas de algumas professoras e nas datas comemorativas, sem muito embasamento e ações. Por ser discente do Curso de Educação e Relações Étnico-raciais da FAE, UFMG, não perdi a oportunidade de estar à frente de ações afirmativas a que viesse corroborar com a minha escola, no sentido de orientar o corpo docente e discente da EMSHA no sentido de embasá-los com um pouco de conhecimento que adquiri neste curso, orientando e conduzindo ações que proporcionaram aos segmentos envolvidos mais vivência e conhecimento do tema.

Para todos nós, brasileiros, que deixamos aflorar o sentimento de pertencimento e amor à pátria, tornou-se o ideal discutirmos temas que por vezes nos separam, nos levam a uma visão distorcida de nós mesmos e nos escravizam.

É sabido que a Escola, infelizmente, não tanto quanto deveria ser ainda é o local mais importante, onde a discussão das relações étnico-raciais acontece no país. Por isso, essas ações, ainda que timidamente, embasado na Lei 10.639/03 que se constituiu num importante mecanismo de promoção de igualdade racial no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que busca superar alguns obstáculos, pretende contribuir para superação da visão negativa sobre os africanos e seus descendentes, construída ao longo dos tempos no Brasil; colocar a questão referente aos africanos e afro-brasileiros como questão nacional; pretende ressaltar positivamente a participação da população negra na construção da história do Brasil, quebrando a lógica eurocêntrica na produção e difusão do conhecimento; articular-se ao rol de políticas de ação afirmativa e, por fim, contribuir para permanência bem sucedida da população negra na escola.

Abrir as portas da Escola para a cultura africana no momento em que África recebeu em 2010, delegações do mundo todo, criou um clima favorável para tratar da diversidade étnico-racial como um valor máximo de respeito às diferenças. A atenção à diversidade se concretiza neste Plano de Ação a partir do momento em que os interesses e motivações dos alunos irão ao encontro das capacidades intelectuais e dos conhecimentos que serão construídos, conforme pontuado no Projeto Político-Pedagógico da PMBH, e no Projeto Pedagógico da Escola Municipal Secretário Humberto Almeida, no processo aprender-ensinando ensinar-aprendendo.

## **4.2 OBJETIVO GERAL**

Esse Plano de Ação teve por objetivo precípua promover a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre brancos e os não brancos de nossa sociedade, que vive o mito da “Democracia. Racial”.

## **4.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Outra finalidade foi comemorar, de forma reflexiva, criativa e prazerosa, o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra. Por intermédio das atividades desenvolvidas, pretendeu-se criar oportunidades para os alunos, professores, enfim, toda a comunidade escolar, conhecer a trajetória histórica do povo brasileiro na construção de sua cidadania plena. Desta forma, a Escola pode contribuir para:

- instrumentalizar o aluno afro-brasileiro, que é maioria na escola pública, para que seja sujeito de sua própria história, enfrentando criticamente os desafios que lhe serão apresentados;
- elevar a autoestima desse aluno e, conseqüentemente, a construção positiva de sua identidade racial;
- romper o silêncio sobre as questões relativas ao racismo e à discriminação racial, juntamente com a possibilidade de construção de uma prática pedagógica voltada para o respeito à diversidade e valorização da pessoa humana.

## 5 PÚBLICO ALVO

Alunos do Ensino Médio que compuseram as sete turmas, sendo quatro de 2º ano e três turmas de 3º ano; EJA (Ensino Fundamental) com quatro turmas e os alunos da Floração (Curso de parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a PBH, com três turmas, em nível de Ensino Fundamental). Os alunos da EJA e Floração não participaram da 1ª etapa deste plano de ação, pois são alunos cuja estrutura de ensino não permite ações que não estejam dentro dos parâmetros de orientação da Fundação Roberto Marinho, conforme vídeo-aulas. Esta foi a justificativa da coordenação do curso, Todavia, julgo ter faltado interesse por parte da coordenação, como também das professoras.

Nosso alunado do ensino noturno compunha-se na sua maioria de alunos negros e pardos, na faixa de 80%, de situação socioeconômica baixa, pertencentes à camada D e, da sociedade belorizontina. Os alunos do Ensino Médio, na sua maioria, eram mesclados de jovens e adultos trabalhadores, oriundos de vários bairros da região norte.

A partir do mês de agosto os alunos e professores do 1º e 2º turnos passaram a fazer parte do projeto. O perfil não foge muito dos alunos do noturno, que geralmente são oriundos do 1º turno.

## **6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

O processo de desenvolvimento do projeto ocorreu no final de junho, dia 25, para ser preciso, com o objetivo de participação no 7º Concurso “Construindo a Igualdade de Gênero, promovido pelos órgãos especificados na justificativa deste plano de ação”. Essa primeira etapa do plano teve sua culminância em 16 de setembro de 2011, conforme observância do regulamento do concurso. Como o projeto foi ampliado, aproveitando a necessidade da implementação do Plano de ação, como atividade deste curso, essa segunda etapa do projeto teve sua culminância no dia 19 de novembro, referente à data comemorativa do dia da Consciência Negra, que foi no dia 20 de novembro. Gostaria de salientar que as duas partes do plano são de conteúdos afins, na verdade o plano não sofreu nenhuma ruptura, pois os temas das partes não são conflitantes. A ruptura ocorreu na organização e não nas ações.

### **6.1 Metodologias**

A primeira ação desse plano foi criar estratégias para convencer alguns colegas, professores, a participarem efetivamente desta ação afirmativa, convencendo-os da importância do mesmo. Como coordenador pedagógico do Ensino Médio e aluno do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência Básica da Faculdade de Educação, UFMG, na área de Educação e Relações Étnico-raciais, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos até a presente data sobre o tema, passei todas as estratégias para a direção da escola, que de imediato encampou a ideia.

Como a justificativa de alguns professores era o não conhecimento do tema, tratei de produzir material a fim de muni-los de uma base para que pudessem orientar os alunos. Para isso, usei textos, filmes e debates. Sendo assim, exceto os professores de Química e Física, a maioria se dispôs a trabalhar o projeto. Que foi dividido em quatro fases:

#### **6.1.1 Primeira fase: Reuniões, materiais, reflexões.**

Esta primeira fase constou-se de reuniões, colheita de material, rascunho do projeto, apresentação das ideias do plano aos alunos e atividades de embasamento, tanto para os alunos, quanto para os professores. Esta fase iniciou-se no mês de junho com o objetivo de dotar os alunos dos segundos e terceiros anos de conhecimentos necessários, a fim de produzirem textos dissertativos sobre a igualdade de gênero, com o objetivo de participação no 7º Prêmio Construindo

Igualdade de Gênero, mencionado na justificativa deste projeto. Com envolvimento maior dos professores da área de Língua Portuguesa. Esta fase teve tempo indeterminado, pois pretendemos continuar com estas ações, mesmo após a culminância deste projeto.

### **6.1.2 Segunda fase: Ações, reflexões.**

A segunda fase constituiu-se de ações que levariam os dois segmentos (alunos e professores) a refletirem sobre o tema e engajassem firmemente em proposta do Plano de Ação, que é as relações étnico-raciais brasileiras. A fim de garantirmos os objetivos propostos do projeto, começamos trabalhando com:

- a. Amostragem de filmes: Ilha das Flores, Crash- no limite (intolerância racial); Preciosa (preconceito pela mulher gorda, negra, pobre. Abuso sexual); Invictus (Nelson Mandela, anos 90 esporte como meio de integração nacional) e dos Documentários: Vista Minha pele; Diamante de sangue, etc., Ficou a cargo do Prof. Carlos de História da EJA e do Prof. André, de Biologia, que demonstram grandes habilidades no trato com as mídias. A sala de vídeo foi usada para este fim, de 18h e 50 minutos às 20h e 30 minutos das quintas-feiras. O debate do filme ocorria depois do recreio, às 20h. 50 minutos. A amostragem dos filmes iniciou no mês de agosto, com término no mês de outubro. Assistiam aos filmes, não só os alunos, como também todos os professores.
- b. A bibliotecária contribuiu com o projeto, fazendo, na biblioteca, uma exposição do Kit literário afro, além de emprestar livros para os alunos que estão lendo livros escolhidos por eles. A exposição do Kit literário afro ocorreu no mês de junho, o empréstimo dos livros é feito diariamente sem data para término.
- c. O estudo sobre textos de gêneros diversos (narrativos, dissertativos e poéticos), como A formação do povo brasileiro, A cor da pele, O cabelo fala por você, Sou Negro e tantos outros que serão escolhidos pelos professores de Língua portuguesa: Antônio Eustáquio, que coordena o projeto, a Prof.<sup>a</sup> Eliana do Ensino Médio, que fez o curso de Pós-Graduação sobre as Relações étnico-raciais em 2010, na FAE-UFMG e a Prof.<sup>a</sup> Rosana da EJA.
- d. Elas, Eliana e Rosana, trabalharam com seus alunos com leitura de jornais e revistas que se referem ao tema proposto, assim como , estudo do vocabulário africano na Língua Portuguesa e estudo dos países africanos que falam a Língua Portuguesa.

- e. Roteiro de estudo e pesquisa sobre a África e a Apartheid e estudo da situação negra no Brasil atual: mercado de trabalho, política, movimentos negros e análise da representação dos negros nos meios de comunicação, ficaram por conta dos professores de História, Antônio Carlos, no Ensino Médio e Carlos Magno, na EJA.
- f. Os professores de Matemática, Nílson e Cledisson trabalharam com os jogos africanos para desenvolver o raciocínio lógico matemático e foram apoio em várias ações no decorrer do projeto, como na apresentação do teatro, “A Resistência Negra”, peça adaptada e encenada por alunos do Ensino Médio e EJA.

Todas estas ações da 2ª fase permearam o projeto, de junho a novembro, sendo que algumas farão parte do dia-a-dia da escola, como por exemplo, filmes, documentários e estudo, pesquisa e análise de textos relacionados ao tema das relações étnico-raciais.

### **6.1.3 Terceira fase: Ações finais, reflexões.**

Refere-se à culminância do Plano de Ação. Ocorreu no dia 19 de novembro, um sábado letivo, cujo objetivo foi:

Valorização da herança cultural dos negros. Acertamos com o líder do Quilombo Mangueira para uma exposição no dia 19 de novembro da culinária, artesanato, vestuário, religiosidade africana. Assim tivemos:

- a. Oficinas de penteados afros e maquiagem. A Escola convidou duas senhoras da comunidade para fazer penteados afros e maquiagem nas alunas e alunos que participaram do desfile. Ao todo foram 50 alunos.
- b. Apresentação de Grupos de capoeira foi trazida pelos alunos da Escola que jogam capoeira.
- c. Concurso da beleza afro. (masculino e feminino). Contou com 50 participantes que mostraram todo o charme do afrodescendente.

### **6.1.4 Quarta fase – A Culminância**

Objetivando um norte para a culminância do Plano de ações, elaboramos vários subprojetos. O último foi denominado “Kizomba” para a implementação das ações do dia 19 de novembro, em comemoração ao “Dia Nacional da Consciência Negra”, que ocorreu no dia 20 de novembro.

Kizomba foi um Projeto Institucional da Escola Municipal Secretário Humberto Almeida que teve sua culminância por ocasião do dia 20 de novembro.

1. As atividades tiveram início às 8 horas com a execução do Hino Nacional e a fala da direção.

Criar o sentimento de pertencimento, de valor, de respeito ao Brasil, como também, levar o aluno a refletir sobre os símbolos nacionais e sua representação é tarefa da escola.

Foi com o objetivo de despertar os sentimentos de pertencimento e cidadania que a professora Regina, de História, desenvolveu um sub-projeto, “Cantando Nossa Pátria”, com os alunos do 2º ciclo, ensinando-os a letra e o significado da música que representa a nossa Nação: O Hino Nacional Brasileiro. A professora e seus alunos cantaram o hino, juntamente com todos os presentes.

2. Ter a comunidade presente na escola. Este é o princípio de corresponsabilização. Sentir-se protagonista e pertencente a uma comunidade são os princípios de identidade de um povo. Desta comunhão entre a comunidade e a Escola nasce a preocupação de partilha. Por isso convidamos o Senhor Thomás, membro ilustre de nossa comunidade e líder do “Quilombo Mangueiras” para compartilhar com todos os presentes sua apresentação: “O Som do Tambor”.
3. Há três anos a Escola criou a Oficina de Violão. Este projeto é oferecido a toda a comunidade escolar. Os alunos da oficina de violão executaram as músicas: Seio de Minas, O Canto das Três Raças, Pérola Negra, Linda Juventude, sob a orientação do Professor Rodney.
4. Trabalhar as crianças desde cedo para o respeito às diferenças, o respeito ao ser humano é a forma mais tranquila de criar uma sociedade mais justa. São essas crianças do 4º ano que apresentaram a dança Mundo Negro - Maculelê, que é uma manifestação cultural oriunda cidade de Santo Amaro da Purificação – Bahia, berço também da Capoeira. É uma expressão teatral que conta através da dança e de cânticos, a lenda de um jovem guerreiro, que sozinho conseguiu defender sua tribo de outra tribo rival usando apenas dois pedaços de pau, Sua origem é desconhecida. O Mestre Popó do Maculelê, considerado o pai do maculelê, deixa claro a sua opinião de que o maculelê é uma invenção dos escravos no Brasil, assim como a capoeira.

5. A escola integrada desenvolve vários trabalhos em forma de oficinas. Dentre eles as oficinas de capoeira, Capoafrasamba e a dança do Kuduro. Foi um momento de destaque, a apresentação dos alunos da escola integrada.

A história da capoeira começa no século XVI, na época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão-de-obra escrava foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos (fazendas produtoras de açúcar) do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vinham da região de Angola, também colônia portuguesa. Os angolanos, na África, faziam muitas danças ao som de músicas. Ao chegarem ao Brasil, os africanos perceberam a necessidade de desenvolver formas de proteção contra a violência e repressão dos colonizadores brasileiros. Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando-as a um tipo de luta. Surgia assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros.

A prática da capoeira ocorria em terreiros próximos às senzalas (galpões que serviam de dormitório para os escravos) e tinha como funções principais à manutenção da cultura, o alívio do estresse do trabalho e a manutenção da saúde física. Muitas vezes, as lutas ocorriam em campos com pequenos arbustos, chamados na época de capoeira ou capoeirão. Do nome deste lugar surgiu o nome desta luta.

Capoafrasamba, grupo da escola integrada, fez uma bela apresentação. Breakdance (também conhecido como breaking ou – boying em alguns lugares) é um estilo de dança de rua, parte da cultura do Hip-Hop, criada por afroamericanos e latinos na década de 1970, em Nova Iorque. Inicialmente, o breakdance era utilizado como manifestação popular e alternativa de jovens para não entrar em gangues de rua. Atualmente, o breakdance é utilizado como meio de recreação ou competição no mundo inteiro.

Este mesmo grupo apresentou outro gênero musical, o Kuduro, Música e dança surgida em Angola. Hoje, está largamente disseminado pelas áreas suburbanas da cidade de Lisboa, Portugal. Também se tem popularizado no Brasil, ultimamente, já existindo até alguns grupos e bandas de Kuduro próprios do Brasil, em especial nos subúrbios das cidades do Rio de



Janeiro e de Salvador. Este gênero surgiu primeiro como uma dança e com o passar do tempo evoluiu para o gênero musical. É a dança do quadril duro.

6. A última apresentação foi o desfile da Beleza Negra. Beleza que carrega sonhos; sonhos como os dos professores que acreditaram no potencial de toda a nossa comunidade. Beleza dos alunos que trabalharam, estudaram, assumiu o papel de construtores de seus conhecimentos, Beleza dos funcionários desta escola, que não mediram esforços para manter a escola limpa e apresentável. Beleza da direção, que deu o apoio necessário para que tudo desse certo. Beleza de um sonho de uma professora negra, que sonhara em a realidade; sonho tão igual aos sonhos de nossos alunos. Sonho com cara de Sônia.

## 7. AVALIAÇÃO

Em se tratando de um tema novo para a escola e por demais controverso, na opinião de alguns, pois evitávamos discuti-lo, até mesmo na sala dos professores. Hoje já posso dizer que a situação é outra. Aqueles professores que não participaram do projeto, na sua aplicação, estão emitindo opiniões positivas a respeito do trabalho feito. Cito como exemplo os professores da EJA, que participaram parcialmente do projeto. Não só os dois professores que deram a sua contribuição para a viabilidade do projeto na EJA, como também o restante, observaram que o índice de rejeição entre os alunos diminuiu, há mais tolerância entre eles, os apelidos diminuíram. Eles imputaram tais mudanças ao trabalho feito com textos, vídeos e filmes, além das palestras. Acreditam que os alunos estão se vendo de outra forma, conseqüentemente tendo um olhar positivo de seus pares. A autoestima aumentou, segundo eles.

Em reunião com a direção e coordenações, verificamos que entre os professores as ações implementadas também proveram um novo olhar sobre os alunos e sobre os próprios professores. A distância que alguns tinham de seus pares e dos alunos tornou-se menor. Talvez devido aos textos lidos e debatidos, aos filmes e reuniões pedagógicas com exaustivas discussões sobre o tema, no decorrer do ano, fizeram com que houvesse uma reflexão sobre essa nova tarefa que é trabalhar com a História da África e as relações étnico-raciais brasileiras.

A Diretora, Cida, em reunião de final de ano, deu-nos uma excelente notícia. Líderes comunitários e vários pais ligaram para a Escola parabenizando-nos pelos trabalhos do ano letivo e pela bela festa de encerramento das atividades com foco na identidade afrodescendente. Isto nos mostrou que o tema trabalhado não ficou só nos limites da escola, alcançou os lares de nossa comunidade.

Quebrar paradigmas é algo complicado. Sabemos que não serão ações afirmativas feitas em menos de um ano letivo que irão mudar as pessoas. A terra tem sido preparada e a semente semeada. O trabalho tem que ser constante a fim de desfazermos o mito da Democracia Racial que internalizamos e trazer à tona todos os conflitos que existem em cada um de nós, para que possamos extirpá-los e termos uma sociedade igualitária.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A professora, Bethe, do 3º ano do 2º ciclo, fez um comentário em uma reunião no início deste ano de 2012, que alguns de seus alunos, após uma atividade dada para casa e discutida em sala de aula, começam a enxergar o preconceito entre relações nas novelas, filmes, desenhos animados e entre seus pares. (Isto é fantástico, pois há tempos atrás nem os adultos percebiam essas relações preconceituosas que nos rodeiam). São ações desta magnitude que formarão futuramente uma sociedade mais igualitária.

Em 2012, devemos trabalhar melhor o tempo e espaço das atividades, devido aos atropelos de última hora, nas execuções de determinadas ações, dividindo as ações em subprojetos que possam nortear mais explicitamente os segmentos envolvidos. De início, estamos trabalhando no 3º turno, no qual sou coordenador, com o texto: *“A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03”*. (Gomes, Nilma Lino 2008).

O texto trata da Lei, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais, dando-nos uma visão mais alargada da sua amplitude e do seu caráter interdisciplinar. Mostra-nos os impactos da Lei na subjetividade dos negros e brancos. Questiona-nos sobre o nosso conhecimento sobre a África e faz uma reflexão sobre os aspectos positivos da Lei, alertando-nos que dependendo da forma como a Lei for implementada, pode se transformar em limites. O primeiro desses limites refere-se ao fato de que, apesar da importância da inclusão da questão racial no currículo, via o estudo da África e da cultura Afro-brasileira, um cuidado deve ser tomado: as ações pedagógicas e as práticas desenvolvidas na perspectiva apontada pela Lei não podem desconsiderar o contexto das políticas de ação afirmativa que as possibilitou. É importante frisar que a Lei e as diretrizes são resultado da luta política em prol de uma escola e de um currículo que insiram a diversidade. Por isso, elas caminham lado a lado com outras iniciativas políticas e pedagógicas, reivindicadas pelos movimentos sociais e hoje incorporadas – com limites e contradições – ao contexto educacional brasileiro.

GOMES (2008) mostra-nos o perigo de uma interpretação equivocada da Lei e das diretrizes no que se refere à sugestão da Lei quanto às áreas de Literatura, Artes e História, que deverão ser responsáveis pela inclusão da temática, nas escolas. Temos que estar atentos a fim de que essa temática não seja obrigação só dessas áreas, e sim de todas as outras áreas do conhecimento. Para não cairmos

nesse erro, devemos estudar a Lei sempre acompanhada da leitura das suas diretrizes curriculares nacionais.

Outro ponto abordado pela pesquisadora é a interpretação equivocada da Lei que pode resultar em ações desconexas e estanques na escola, que tendem a folclorizar a discussão sobre a questão racial, como sempre aconteceram nas escolas: como a capoeira na escola, um desfile da beleza negra, recortar pessoas negras de revistas e enfeitar o mural da escola, festa do dia 20 de novembro, sem nenhuma problematização do que está sendo feito. Contextualizar toda e qualquer ação pedagógica é fundamental para que os alunos saibam o porquê daquela ação.

Nas reuniões pedagógicas deste ano de 2012, tem-se tomado o cuidado de contextualizar ações, promover o debate, a discussão e reflexão para que haja uma mudança automática de postura das nossas práticas pedagógicas.

Objetivamos realizar projetos interdisciplinares de trabalho, estimular práticas mais coletivas e reforçar teórica e metodologicamente o combate ao racismo e à discriminação racial na escola.

A partir dessas ações, farão parte do calendário da escola ações pedagógicas e culturais com o objetivo de proporcionar discussões sobre diversidade e reflexões sobre a identidade étnica.

Para os próximos anos serão desenvolvidas ações com o objetivo de sedimentar as ações implementadas em 2011 e desenvolver outras que servirão para construir mais oportunidades para que alunos e professores possam conhecer e desenvolver relações étnico-raciais mais positivas, a fim de combater o preconceito ainda existente na sociedade brasileira.

Levar nossos alunos a questionar quem ele é, quem foram e onde viveram seus antepassados, o que fizeram e como foi o caminho de mudança de seu papel na sociedade é compromisso com a educação de qualidade.

## 9. REFERÊNCIAS

CNE – Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 01/2004, Art. 5º.

FONTE: Documentos e outros breves históricos do Quilombo Mangueiras. Diário Oficial da União de nº 43 - 2004.

GOMES, Nilma Lino. *A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03* - In: Moreira Candau, V.M. Multiculturalismo, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História Afro-brasileira e Africana*, 2003.

NUNES, Eduardo Pereira – Presidente do IBGE – Censo 2010.

OLIVEIRA, Fátima, *Ser Negro no Brasil: Alcances e limites – 2004*.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. (1997)

PPP: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Secretário Humberto Almeida. 1983.

SANT'ANNA, Wânia, O Retrato da Desigualdade racial no Brasil, In. Dossiê "Assimetrias Raciais no Brasil, 2003".

## 10. BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli. *Pesquisa, formação e Prática Docente*. In: ANDRÉ, M. (org.) *O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores*. Campinas, SP: Papirus, 2001, p. 55 – 69.

ARNAUT, Luiz D. H. LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

ARROYO, Miguel, *Políticas Educacionais e Desigualdades; à procura de novos significados*. Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381 c- 1416 outubro, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade*. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 p. 264-287.

FREIRE, Paulo. *Direitos Humanos e Educação Libertadora* In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.) *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo: *Ensinar Exige Escutar*. In: *Pedagogia da Autonomia, (Saberes Necessários à Prática Educativa)* São Paulo, ed. Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão*, In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*, Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

História Geral da África V. *África do século XVI ao XVIII*. OGOT, B.A. (Ed). 2 ed. Rev Brasília: UNESCO, 2010.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e Cultura Afro-brasileira*. São Paulo: ed. Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006 \_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kanbegele, GOMES, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, 2004.

PAIXÃO, Marcelo. *Desigualdade nas Questões Racial e Social*. In: BRANDÃO, Ana Paulo. *Saberes e Fazeres – modos de ver*. (Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, vol. 01, 2006, A Cor da Cultura).

PAIXÃO, Marcelo. Um Balanço das Ações Afirmativas para Afrodescendentes no Sistema de Ensino brasileiro, In: Relatório Direitos Humanos no Brasil. 2010. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. 2010.

TELLES, Edward. Da Supremacia Branca à Democracia Racial. In: Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, p. 41 – 67 2003.

SILVA, Paulo V. B. Da. *Racismo em Livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 23 – 39.*

PEREIRA, João Batista Borges. *Racismo à Brasileira*. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo, EDUSP, 1996, p. 75-78.

